

---

**Fábio Franzini**

Professor no Departamento de  
História da Universidade Federal de  
São Paulo (Unifesp – Guarulhos/  
Brasil)  
e-mail: [ffranzini@unifesp.br](mailto:ffranzini@unifesp.br)

---

RICUPERO, Bernardo.

***Sete lições sobre as interpretações do Brasil.***

São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008. 224p.

---

Lidar com os clássicos não é tarefa fácil. Por baixo da aparente tranquilidade que envolve os nomes e os títulos assim considerados, assim consagrados, esconde-se um terreno pantanoso, prestes a engolir aqueles que se aventuram por suas páginas sem a devida cautela. Acompanhando as observações de um conhecido cartógrafo desse perigoso território, Ítalo Calvino, poderíamos sugerir que muito da fragilidade de seu piso deve-se ao fato de um "clássico" ser "um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer"; não por acaso, todo o seu vigor "provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si", mas, de modo um tanto paradoxal, "continuamente a repele para longe", ainda nas palavras do escritor italiano.

Pois neste seu mais recente livro, Bernardo Ricupero adentra esses nebulosos domínios e enfrenta tal dilema no campo das ciências sociais, em sentido amplo, ao dedicar-se ao exame das interpretações formuladas por Oliveira Vianna em *Populações meridionais do Brasil* (1920), por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (1933), por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), por Caio Prado Junior em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), por Raymundo Faoro em *Os donos do poder* (1958) e por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* (1973). Além disso, oferece ao leitor uma lição inicial que põe em questão o antigo debate sobre o "lugar das idéias" entre nós, a qual toma como mote a pergunta faoriana acerca da existência de um pensamento político autóctone e atravessa os importantes textos de Wanderley Guilherme dos Santos, "Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira" (1975), Bolívar Lamounier, "Formação de um pensamento autoritário na Primeira República" (1977), e Roberto Schwarz, "As idéias fora do lugar" (1973).

Se tamanha iniciativa já seria louvável por si só, ela ganha amplitude por situar-se muito bem entre dois movimentos: um, a própria trajetória do autor, voltada à pesquisa e ao ensino de temas do pensamento político brasileiro e latino-americano, cujos principais resultados aparecem em seus trabalhos anteriores, os livros *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*, publicado em 2000, e *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*, publicado em 2004; outro, mais amplo, a atenção crescente de nosso meio acadêmico aos chamados "intérpretes do Brasil", materializada na multiplicação dos espaços de debate e em numerosos artigos e livros preocupados com a revisão e mesmo a redescoberta de autores e obras os mais variados – algo nada gratuito ou casual, por certo, antes revelador daquilo que o historiador José Carlos Reis (ele mesmo um dos principais nomes envolvidos nessas reavaliações) denominou "crise de interpretação da vida brasileira", provocada tanto pelas redefinições do conhecimento histórico-sociológico quanto pelas transformações da própria sociedade brasileira, sensíveis há pelo menos duas ou três décadas.

A proposta de Bernardo Ricupero não pode, portanto, ser tomada por mero atrevimento, muito menos seu produto confundido com um descompromissado exercício de leitura. Expressão de sua coerência e

de sua sintonia intelectual, o texto deixa evidente que o autor sabe do que fala e conhece o que faz, sem se importar em deitar erudição ou mostrar-se "inovador" na abordagem de personagens já tantas vezes abordados. Um bom exemplo disso é dado pela própria organização dos capítulos, que, à exceção do primeiro, de características peculiares, começam por contextualizar o autor em sua época, depois enfocam o seu livro fundamental, passam às interpretações a seu respeito e se fecham com a indicação de alguns trabalhos significativos para um maior e melhor conhecimento do assunto. Nada mais convencional, sem dúvida, mas também nada mais adequado, em termos formais, ao que se espera de uma lição: rigor e didatismo.

Todas as virtudes apontadas não impedem, no entanto, que o livro tenha seus problemas, uns ligeiros, outros mais sérios. De saída, pode-se questionar as razões da escolha *desses* intérpretes e *dessas* interpretações do Brasil, uma vez que elas não foram explicitadas ao leitor em momento algum. Como se sabe, toda e qualquer seleção tem sempre algo de arbitrário, e é justamente por isso que os critérios que a orientam devem ser claros, evitando assim confusões e lapsos tão banais quanto comprometedores. É significativo, nesse sentido, que o sociólogo André Botelho escreva no prefácio que o autor apresenta "*algumas* das interpretações clássicas da formação da sociedade formuladas entre 1920 e 1975" (p. 11, grifo meu); já a primeira frase de Ricupero, poucas páginas adiante, anuncia que "*as* interpretações do Brasil são o tema deste livro" (p. 21, grifo meu). Por mais mesquinho que pareça chamar a atenção para esse detalhe, há uma grande diferença entre uma perspectiva e outra, a qual não pode ser ignorada em um trabalho assim. Ainda mais porque o próprio Ricupero menciona, na Introdução, "outros dois grandes intérpretes do Brasil da geração de Faoro e de Fernandes, Antonio Candido e Celso Furtado" (p. 23) – e não é preciso indicar os vários outros que a eles podem se somar.

Ainda na introdução, outras afirmações discutíveis despontam aqui e ali. Segundo Ricupero, "desde a década de trinta do século XX, a universidade começa a ganhar importância e, com ela, muda o padrão de reflexão sobre o país. Se nos primeiros anos da República prevalecia o ensaio, as monografias sobre temas específicos vão progressivamente ocupando seu espaço" (p. 22). Em seu sentido geral, isto obviamente não deixa de ser verdade, mas todo o restante da análise ganharia força e precisão caso se ressaltasse que a mudança da chave reflexiva só se consolida de fato após os anos 1950, e sem levar ao desaparecimento do ensaísmo. Evitar-se-ia, assim, o anacronismo da inserção dos livros de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado "numa época que é, de certa forma, de transição entre o domínio do ensaísmo e o da monografia universitária" (p. 23), bem como o equívoco de caracterizar, mesmo com ressalvas, as obras de Faoro e Florestan como "livros deslocados, em razão de terem sido publicados em momentos em que as grandes explicações do Brasil já se tinham tornado pouco comuns" (idem).

Já com relação ao primeiro capítulo, uma questão de outra ordem o envolve, e não menos problemática. Como já notado, essa lição de abertura foge ao padrão das demais, pautada pelo pressuposto de que "antes de discutirmos as diferentes 'interpretações do Brasil', devemos indagar se tal empreendimento faz sentido" (p. 31). Em busca de uma resposta – aliás desnecessária, pois se o empreendimento não fizesse sentido seu livro não

existiria... –, Ricupero afirma não ser evidente "que um país como o Brasil seja capaz de criar um pensamento político e social que dê conta de suas condições particulares" (idem), senha para toda a discussão que se segue acerca da adequação ou não de idéias estrangeiras, notadamente as liberais, ao nosso meio político e social, notadamente no contexto do Oitocentos. Por mais contraditório que pareça, nesse encaminhamento residem a força e a fraqueza do capítulo: a primeira é demonstrada pelas considerações inteligentes e muito bem tecidas a respeito do tema; a segunda, pela tênue relação que guarda com as lições seguintes, ainda que o autor se esforce, ao final, para demonstrá-la.

Permito-me, assim, voltar ao prefácio para discordar de André Botelho, para quem este capítulo situa-se bem no conjunto do livro e, ao mesmo tempo, concordar com ele quando diz que o alcance do texto é maior, "na medida em que coloca questões instigantes para pensar a própria 'formação' de um pensamento social e político brasileiro e as formas possíveis de abordá-la e avaliá-la inclusive em sua relevância contemporânea" (p. 13). Tanto é assim que, em outro escrito aparecido quase que concomitante ao livro – o artigo "Da formação à forma. Ainda as 'idéias fora do lugar'", publicado no número 73 da revista *Lua Nova* (2008) –, o próprio Bernardo Ricupero reelabora os argumentos apresentados no capítulo, bem como na introdução e no capítulo sobre Oliveira Vianna, de modo a conferir-lhes autonomia, com melhor sucesso.

Nos demais capítulos, os descompassos desaparecem e o livro se desenvolve com harmonia. Nos limites permitidos pelo espaço disponível, Ricupero conduz bem a tarefa de sintetizar vida, obra e leituras a respeito de cada autor que põe em tela, sem presunção e sem exageros, com a atenção voltada sempre ao que julga essencial destacar. Mesmo assim, sua descrição produz mais que uma mera descrição, pois ele também se assume como intérprete, também se posiciona diante dos trabalhos em questão, também confronta comentários e comentaristas entre si e também estabelece seu diálogo pessoal com eles. Desta postura nascem os pontos altos de seu texto, em alguns momentos expressos de forma pontual, como sugestão de algo maior, a ser pensado ou aprofundado; em outros, de modo mais vigoroso, como exame de temas importantes associados a um ou outro dos intérpretes apresentados.

No caso das sugestões, merecem destaque, por exemplo, a menção ao esboço de uma sociologia dos intelectuais feita por Oliveira Vianna para tentar "explicar o descompasso entre idéias e realidade no Brasil" (p. 57); a referência à dissonância representada por *Casa-Grande & Senzala* não apenas frente à "linha dominante" no pensamento brasileiro, mas também frente à predominante no pensamento latino-americano, portadoras que são, ambas, de uma visão negativa acerca do passado, "obstáculo a ser superado" (p. 96); a retomada do significado do "homem cordial" em *Raízes do Brasil*, expressão tão citada quanto mal interpretada, como Bernardo Ricupero não deixa de indicar (p. 115) – e, neste caso, o destaque importa tanto pela explicação, corretíssima (vale lembrar, com as palavras de Ricupero, que "não se deve acreditar que 'cordial' necessariamente implique qualidades positivas"), quanto por espantar esse fantasma que desde a década de 1940 assombra o livro de Sérgio Buarque.

Quanto ao exame mais vigoroso, seu lugar privilegiado encontra-se na seção "Interpretações" de cada capítulo, em que Ricupero efetivamente se empenha em "desvelar o diálogo, nem sempre explícito, entre esses

trabalhos, indicando pontos de convergência e divergência entre as diferentes interpretações do Brasil", como anuncia na Introdução (p. 27). Para isso, articula de modo hábil as comparações entre elas e as análises que, em diferentes momentos, outros intelectuais teceram a seu respeito, construindo assim um panorama muito sugestivo dos fundamentos de tais livros. O ponto culminante do seu trabalho, contudo, ainda não reside nisso, mas sim nos capítulos V e VI, dedicados, respectivamente, a Caio Prado Junior e Raymundo Faoro. Diante de ambos – autores de sua predileção, parece claro –, Bernardo Ricupero se mostra completamente seguro e à vontade, o que faz com que suas relações e afirmações ganhem amplitude e profundidade. Para citar apenas um exemplo, vale destacar a contraposição que tece entre Caio Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque:

O ponto de vista da totalidade oferece inclusive vantagens para a interpretação de Caio Prado da colônia em relação a outras análises do período. Por exemplo, seus 'companheiros de geração', Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, chamam a atenção para aspectos relevantes da vida colonial – em especial, a formação da família patriarcal e a atuação do *éthos* do aventureiro no Brasil –, mas são incapazes de explicar como essas características se combinam. Assim, não é possível, partindo da família patriarcal e do *éthos* do aventureiro, perceber como se estabeleceu o 'sentido da colonização'. Em sentido inverso, pode-se, a partir do 'sentido da colonização', entender a criação da família patriarcal e a atuação do *éthos* aventureiro no Brasil (p. 150-1).

Por fim, cabe uma observação de cunho impressionista. No decorrer da leitura, várias passagens provocam a sensação de que faltou uma revisão final, rigorosa, do texto, pois há inúmeros deslizos que seriam evitados com facilidade caso isso acontecesse. Não é aceitável num trabalho como este, por exemplo, chamar o escritor e político José Américo de Almeida de "José Américo Dias" (p. 78), ou citar o prefácio de Antonio Candido à quinta edição de *Raízes do Brasil*, publicada em 1969, como "O sentido de *Raízes do Brasil*", em lugar do correto "O significado de *Raízes do Brasil*" (p. 79), ou, pior, confundir este mesmo texto com o prefácio à quarta edição do livro, de 1963 (p. 126), entre outros tropeços. Da mesma forma, seriam assim evitáveis as repetições, literais ou não, de passagens e de idéias, como acontece, por exemplo, às páginas 147 e 150, ao falar de Caio Prado, e às páginas 171 e 174, sobre Faoro.

De todo modo, são coisas que acontecem. O mais importante, não resta dúvida, é que Bernardo Ricupero cumpriu bem a tarefa a que se propôs, uma tarefa nada fácil, muito menos simples, relembremos. Ao fazê-lo, reiterou, ainda que involuntariamente, outra lição, não sua, mas do mesmo Ítalo Calvino citado no início desta resenha: ler os clássicos é melhor do que não ler os clássicos. Afinal, eles são inevitáveis.